

AS NAÇÕES UNIDAS, A INDONÉSIA E TIMOR-LESTE

O tempo está do nosso lado.

O colapso do colonialismo indonésio em Timor-Leste

Benedict Anderson

Professor de Estudos Internacionais na Universidade de Cornell

Prólogo

No Outono de 1975, estive na minha Universidade de Cornell, durante uma visita aos Estados Unidos, uma grande delegação indonésia, dirigida pelos generais Ali Murtopo e Benny Murdani, cujo propósito era responder às críticas crescentes contra as violações de direitos humanos do regime de Suharto. Entre os delegados estava um sino-indonésio, agente dos serviços secretos indonésios, Liem Bian-Kie (Jusuf Wanandi), que eu conhecera em Jacarta nos anos 60, quando éramos ambos estudantes. Como corriam rumores insistentes sobre um ataque indonésio a Timor-Leste, na sequência da vitória da fretilin sobre a udt, depois de uma curta «guerra civil» em Agosto desse ano, perguntei a Liem o que se ia passar. Respondeu-me com um sorriso: «Não te preocupes. Em poucas semanas está tudo resolvido». Percebi a razão da sua confiança. Como podiam seiscentos mil timorenses, em maioria analfabetos, prevalecer contra o poder militar de uma nação de cento e setenta e cinco milhões de pessoas? Além disso, como me disse mais tarde, «o tempo está do nosso lado».

E assim parecia durante mais de uma década depois da invasão indonésia de 7 de Dezembro de 1975. Os sinais de preocupação internacional desapareceram rapidamente. Graças às maquinações de Daniel Moynihan, representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas, entre outros, a questão de Timor-Leste não tardou a ser removida da parte activa da agenda das Nações Unidas. A expectativa internacional era que, mais tarde ou mais cedo, a resistência dos timorenses orientais seria destruída e o mundo aceitaria a absorção da antiga colónia portuguesa pela Indonésia, como aceitara, duas décadas antes, a integração de Goa na Índia de Nehru.

Há duas questões que há muito me interessam: quando e por que razão o tempo se passou do lado indonésio para o dos timorenses? Esta análise procura esboçar uma resposta preliminar a essas questões, que envolvem, desde logo, uma interacção complexa entre os acontecimentos na Indonésia e Timor-Leste propriamente ditos e, por outro lado, mudanças completamente independentes na política internacional.

A mudança do tempo

Para mim, é claro que o tempo começou a mudar de lado quando Portugal foi admitido na Comunidade Europeia. Até essa altura, as principais potências europeias, por cortesia, tinham mostrado um certo respeito pela posição de Portugal como responsável pela descolonização de Timor; nesse sentido, nunca reconheceram de jure a sangrenta anexação de Suharto. Mas essas mesmas potências, a começar pela Grã-Bretanha,

vendiam quantidades enormes de armas sofisticadas à Indonésia, e a maioria tinha investimentos substanciais nesse país. Tratava-se de saber por quanto tempo continuariam a ter essa cortesia. Os diplomatas indonésios trabalhavam energicamente para encurtar esse período. Mas, a partir do momento em que Portugal passou a pertencer à Comunidade Europeia, estava em posição de recorrer à regra da unanimidade para vetar permanentemente qualquer aceitação europeia da legalidade da anexação. Paralelamente, a mudança política em Portugal tornava o recurso ao veto muito provável. Um período de indiferença quanto ao destino de Timor-Leste foi seguido por um movimento de consciência perante o vergonhoso abandono da pequena colónia em meados dos anos 70. Esse movimento acabou por se tornar transversal na opinião pública portuguesa, da esquerda à direita. Aumentou a pressão pública sobre os governos portugueses para «fazerem qualquer coisa séria», agora que Portugal pertencia à poderosa Comunidade. Com esta mudança, Jacarta perdeu qualquer esperança de ganhar o que Nehru alcançara nos anos 60. Até ao fim, nenhum Estado relevante, com excepção da Austrália, aceitou a posição da Indonésia quanto à legalidade da sua ocupação de Timor-Leste.

Dois anos mais tarde, a evolução interna da Indonésia começou a mover-se numa direcção paralela. Na Primavera de 1988, o Presidente Suharto afastou o general Benny Murdani da chefia das Forças Armadas e pôs no seu lugar um dos seus antigos ajudantes-de-campo, o general Try Sutrisno. Durante uma década, Murdani fora o segundo homem mais poderoso da Indonésia e controlara Timor-Leste com mão de ferro, quase como se fosse um feudo privativo. O seu poder dependia do domínio sobre os serviços secretos militares (antes de se tornar Chefe de Estado-Maior nunca comandara uma unidade acima de batalhão), e Suharto procedeu ao desmantelamento dessa rede, conhecida por *bais* (Serviço de Informações Estratégicas). O *bais* foi amputado e rebaptizado *bia*. Nesse processo, foi extinta a Direcção Especial do *bais* para Timor-Leste, responsável pela execução da política indonésia no território. Essa extinção coincide com a ascensão de Prabowo, o cunhado de Suharto que passara a maior parte da sua carreira em Timor-Leste como membro das Forças Especiais – *Kopassus*, as brutais forças paraquedistas de elite do Exército indonésio. A partir dessa data, começou a fazer-se sentir na política timorense a influência de Prabowo e do *Kopassus*. Ao mesmo tempo, Suharto continuou a nomear antigos ajudantes-de-campo para posições chave nas Forças Armadas, provocando divisões internas entre os militares. Um homem de mão de Murdani queixou-se, sarcasticamente, em público, da ascensão dos militares «*joko pingit*» (na cultura javanesa tradicional, as raparigas da classe alta eram fechadas em casa [*pingit*] pelos pais, depois da menstruação. Substituir as raparigas pela palavra «*joko*», que significa rapaz, era particularmente insultuoso).

Em qualquer caso, por razões ainda pouco claras, um ano depois da queda de Murdani, Suharto resolveu adoptar uma linha mais moderada em Timor-Leste. Rudolf Warouw, um comandante competente e honesto, que não pertencia ao *Kopassus*, foi enviado para Díli, com ordens para conquistar a inteligência e o coração das populações locais e pôr fim aos abusos dos militares – e tentou cumprir as suas instruções com empenho. Muitos militares de nível inferior foram punidos ou transferidos e começaram a ser autorizadas visitas de estrangeiros a Timor-Leste.

O tempo começou a andar mais depressa no ano histórico de 1989. Em Outubro, o Papa João Paulo ii fez a sua decisiva visita a Timor-Leste e, um mês depois, caía o muro de Berlim, antecipando a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria. Nos Estados

Unidos, um homem forte da direita, Ronald Reagan, foi substituído por um dirigente mais fraco, George Bush. Retrospectivamente, pode dizer-se que os dias de Suharto, uma criatura americana da Guerra Fria, estavam contados.

As mudanças na Indonésia e em Timor-Leste

Chegados a este ponto, convém analisar, separadamente, as mudanças internacionais e os acontecimentos em Timor-Leste e na Indonésia, sem esquecer como estavam intimamente ligados.

Do colapso da União Soviética resultaram mais de uma dúzia de novos Estados, a primeira vez desde o pós-II Guerra Mundial que o sistema internacional aceitou e apoiou a entrada de Estados separatistas nas Nações Unidas. Na medida em que pelo menos os Estados Bálticos se consideravam a si próprios «colonizados» e «anexados», a sua entrada nas Nações Unidas representava um poderoso precedente favorável a Timor-Leste.

Em 1990, Saddam Hussein cometeu o erro de anexar demasiado tarde o Kuwait (a União Soviética já não o podia proteger) e, em Janeiro de 1991, começou a Guerra do Golfo, travada oficialmente porque a anexação não era considerada admissível pelo direito internacional, nem pela opinião pública internacional. Um mês depois, o Kuwait estava «libertado». Em Maio de 1991, o regime brutal de Mengistu Mariam caiu, face aos brilhantes sucessos militares do movimento da resistência eritreia, e o império etíope acabou por se desintegrar. A antiga colónia italiana da Eritreia tornara-se, depois da II Guerra Mundial, num território sob mandato das Nações Unidas, antes do Ocidente, cinicamente, a ter entregue ao imperador Hailé Sélassié, em 1952, para uma anexação ao estilo de Timor-Leste. Em 1993, a Eritreia estava nas Nações Unidas.

Os paralelismos entre as situações da Estónia, da Lituânia e da Letónia e a de Timor-Leste eram patentes, e começaram a ter consequências internacionais. Por exemplo, nos Estados Unidos, os políticos que tinham limitado o seu interesse aos problemas da «fome» e da «violação dos direitos humanos» em Timor-Leste passaram a falar, abertamente, do direito de autodeterminação. (Os acontecimentos na Indonésia e em Timor-Leste, em especial o massacre de Santa Cruz, em Novembro de 1991, foram decisivos para essa mudança).

Em 1992, a pressão externa forçou a Indonésia a aceitar conversações bilaterais com Portugal sob a égide das Nações Unidas, enquanto o Congresso dos Estados Unidos proibia a continuação dos programas norte-americanos de treino dos militares indonésios. Tudo culminou na grande ironia de 1996: o bispo Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta – que durante anos fora ignorado internacionalmente – receberam ambos o Prémio Nobel da Paz, enquanto Ali Alatas, o competentíssimo ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, e um possível Secretário-Geral das Nações Unidas, mais não podia fazer do que ranger os dentes nas páginas interiores. Se 1986 foi o ano em que o tempo começou a mover-se, em 1996 passou-se, decisivamente, para o lado de Timor-Leste.

Entretanto, na Indonésia e em Timor-Leste a situação degradava-se rapidamente, do ponto de vista do regime de Suharto. Os generais tinham esquecido – ou nunca aprenderam – as lições da longa luta pela independência da Indonésia contra o colonialismo holandês. No século xx, o colonialismo deixou de poder justificar-se pelo direito de conquista e passou a exigir como forma de legitimação, por mais hipócrita que

fosse, a «ajuda» aos pobres nativos, promovendo o desenvolvimento económico e a educação. Em 1900, depois de quase trezentos anos de pirataria nas Índias, o regime imperial holandês começou, subitamente, a fazer escolas e a construir estradas, sistemas de irrigação, fábricas, hospitais e plantações modernas. A urbanização cresceu rapidamente e surgiram os meios de comunicação de massa modernos, a par do automóvel e do avião. O resultado foi a construção de uma nova sociedade e de novas forças sociais, que estão na origem do nacionalismo e puseram fim, em meio século, ao domínio holandês.

O mesmo se passou em Timor-Leste, a um ritmo ainda mais acelerado. Em 1991, a pequena cidade de Díli já tinha mais de cem mil habitantes, enquanto milhares de jovens timorenses orientais tinham completado o ensino primário e secundário. Aprenderam a língua indonésia, através da qual podiam estabelecer contacto com os grupos indonésios de oposição ao regime de Suharto, e adquiriram acesso linguístico ao mundo moderno em geral. As estradas construídas para fins militares tornaram possível o movimento rápido dos jovens timorenses, que passaram a conhecer-se para lá das divisões tradicionais das filiações tribais e das culturas locais – exactamente o que criara o movimento nacionalista indonésio nos anos 20. O pequeno grupo sobrevivente de guerrilhas, dirigido por Xanana Gusmão, na defensiva desde o princípio da década de 80, depressa compreendeu que a verdadeira luta política, nos anos 90, se tinha transferido para os jovens «indonesianizados» das cidades, que iam fornecer a massa de jovens nacionalistas de que precisava a luta pela independência. Ao mesmo tempo, o prestígio dos sobreviventes da guerrilha garantiu a lealdade desses jovens ao próprio dirigente lendário da guerrilha. Desse modo, o esforço principal da guerrilha deslocou-se do campo para as cidades.

Essa mudança decisiva dos anos 80 não foi notada pelos militares indonésios, que acreditavam que a submissão de Timor-Leste estava, finalmente, perto de ser alcançada, até à visita do Papa João Paulo ii a Díli, em Outubro de 1989. De facto, permitir a visita do Papa só era concebível no quadro da nova «política moderada». Os responsáveis políticos em Jacarta tinham sido convencidos pelo Núncio Papal de que o Papado nunca faria nada que pudesse pôr em perigo a pequena, mas influente, minoria católica na Indonésia (deve notar-se que Murdani e muitos dos seus principais colaboradores nos serviços secretos eram filhos da Igreja). Para seu horror e espanto, o Papa foi recebido por mais de cem mil pessoas, que viram na sua chegada o primeiro sinal de que os principais dirigentes internacionais estavam a começar a preocupar-se com Timor-Leste. Em consequência, em 1990-1991, estalou uma luta oculta sobre o que fazer. Warouw continuou a sua política moderada e trabalhou bem com o corajoso governador civil, Mário Carrascalão; mas a máfia militar local jogava contra ele, bem como a camarilha dos coronéis e majores do Kopassus e a sua rede de informadores e delinquentes timorenses.

A crise chegou em Novembro de 1991, com o massacre de Santa Cruz, claramente organizado pela gente de Prabowo, sem conhecimento de Warouw e com a intenção de o expulsar. (A escolha do momento foi espectacular. O massacre ocorreu justamente quando o representante da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas estava em Díli para conversações com Warouw, Carrascalão e o bispo Belo). Infelizmente para Suharto, a política de Warouw também tinha permitido a entrada de um corajoso jornalista britânico, que filmou parte do massacre e conseguiu passar o vídeo para fora do país. O filme foi transmitido pelos meios de comunicação internacionais e trouxe provas

visuais indesmentíveis da brutalidade militar indonésia. Se poucos ligaram aos duzentos mil timorenses que morreram de causas não naturais entre 1977 e 1980, milhões de pessoas indignaram-se, em 1991, face à morte violenta de pouco mais de duzentos. Suharto reagiu ao escândalo internacional, demitindo Warouw, bem como o seu superior imediato, o general Panjaitan (um protegido de Murdani) e mandou fazer um «inquérito» hipócrita. Mais tarde, foi igualmente forçado a criar uma Comissão de Direitos Humanos indonésia, que demonstrou ser muito mais corajosa do que alguém, incluindo Suharto, tinha imaginado.

O ano de 1992 marcou uma viragem crucial para a Indonésia e Timor-Leste. Foi nesse ano que as contradições internas sobre a política do regime se tornaram claramente visíveis. Para substituir Warouw, Suharto (neste caso submetendo-se à hierarquia militar) enviou o general Theo Syafei, um protestante, apesar do seu apelido muçulmano, e um operacional duro, mas que não pertencia ao Kopassus, nem era um torcionário, nem membro dos serviços secretos. Pouco depois, ocorreu o episódio do Lusitânia, um pequeno navio fretado por contestatários estrangeiros, sobretudo portugueses, que partiram da Austrália para atracar no porto de Díli. O regime de Suharto tomou medidas extraordinárias, e bem sucedidas, para impedir o Lusitânia de cumprir a sua missão. Mas o mais revelador foi a declaração franca de Syafei, que disse que se o Lusitânia conseguisse atracar se calhar tinha cem mil pessoas a recebê-lo, com consequências imprevisíveis. Foi o primeiro sinal oficial de que o regime reconhecia ter perdido a batalha pela inteligência e pelo coração exactamente daqueles jovens que tinha «urbanizado» e educado nas escolas de língua indonésia. Por isso, quando Xanana foi, finalmente, capturado pelos militares, em Novembro de 1991, não podia ser sumariamente executado, como acontecera com Nicolau Lobato, seu predecessor como chefe da guerrilha. Teve de ser julgado, com a presença de representantes estrangeiros, e não podia ser condenado à morte. Tal como Sukarno, capturado pelos holandeses em Dezembro de 1948, também não podia ser executado e que, em pouco mais de um ano, sairia da prisão para se tornar o primeiro presidente da Indonésia independente.

Por outro lado, em 1992, terminou o mandato de Mário Carrascalão, que foi substituído como governador por Abílio Soares, um integracionista da linha dura e íntimo de Prabowo. Sob a sua égide surgiram, a partir de 1995, as primeiras «milícias», que mais tarde se tornaram notórias, embora nessa altura fossem conhecidas por «ninjas»: timorenses encapuçados, informadores e assassinos, recrutados para aterrorizar a resistência urbana.

Pode dizer-se que 1993 foi o ano em que o colonialismo indonésio viu o seu fim. Nesse ano, o já reformado general Murdani publicou as suas memórias, que apresentavam uma longa lista dos seus «brilhantes sucessos». Mas Timor-Leste, que controlara pessoalmente durante uma década, não constava dessa lista. Havia um capítulo sobre o território que só se referia a 1975-1976 e se resumia a um ataque a «superiores» não nomeados, tidos como responsáveis pela enorme e sangrenta confusão que caracterizou o princípio da invasão. Os dezassete anos seguintes eram passados em silêncio. Não tardou que Ali Alatas começasse a falar publicamente de Timor-Leste como «uma pedra no sapato», e Suharto sobre a colónia como «uma borbulha na cara» – ambos sinais indesmentíveis de um colonialismo moribundo.

Entretanto, as acções dos estudantes timorenses das universidades de Java e Bali tornavam-se cada vez mais ousadas, culminando com a ocupação espectacular da entrada

da embaixada norte-americana, em Novembro de 1995, quando o Presidente Clinton chegou a Jacarta para a cimeira anual da apec – um espantoso golpe de relações públicas, que mereceu a maior admiração dos ainda tímidos grupos estudantis da oposição indonésia. Tudo se invertera. Em 1975, Suharto levava a guerra a Díli; vinte anos depois, os jovens timorenses trouxeram a guerra de volta para Jacarta. Suharto demitiu o general Hendropriyono, comandante territorial de Jacarta, e começou a circular uma anedota na Indonésia, em que se dizia que só os timorenses eram capazes de correr com generais.

A ousadia da juventude de Timor-Leste, formada nas escolas indonésias e falando a sua língua, aumentou com a generalização do uso do e-mail, a partir de 1994. As comunicações electrónicas tornaram possível a transmissão maciça e instantânea de informação sobre Timor-Leste para o exterior. Pode dizer-se, de facto, que enquanto nos primeiros vinte anos de ocupação os indonésios controlaram os fluxos de informação em e sobre Timor-Leste, desde 1995 perderam esse controlo.

A luta final

Para tentar explicar como e por que razão o empreendimento colonial da Indonésia entrou em colapso vale a pena analisar os seus dois últimos anos.

O factor central foi, certamente, a crise económica asiática, que atingiu a Indonésia em Agosto-Setembro de 1997 e a afectou mais severamente do que qualquer outro país. Num curto intervalo, a moeda perdeu 75 por cento do seu valor, milhares de empresas foram à falência, e milhões de pessoas ficaram sem trabalho. No fim desse ano, era claro que a ditadura de Suharto, tão orgulhosa dos seus êxitos económicos, estava a chegar ao fim. O colapso económico significava, nomeadamente, que a Indonésia já não tinha dinheiro para gastar no tão propalado «desenvolvimento» de Timor-Leste.

Suharto caiu em Maio de 1998, na sequência de manifestações de massa estudantis e de tumultos populares. Um dos aspectos mais instrutivos e importantes da sua queda foi que os tão temidos militares se revelaram demasiado divididos e inseguros, quer para o manter no poder, quer para eles próprios tomarem o poder. Assim, a sucessão de Suharto foi assegurada pelo seu vice-presidente civil, Burhanuddin Habibie, enquanto a luta aberta entre a clique de Prabowo e do Kopassus e os militares que apoiavam o Chefe de Estado-Maior, general Wiranto, levou à demissão de Prabowo do Exército e ao julgamento pelos tribunais militares de alguns dos seus mais próximos colaboradores, acusados de rapto e tortura de militantes estudantis. (Uma prova interessante da perturbação no Exército foi o facto do general Faisal Tanjung, Chefe de Estado-Maior na altura dos raptos, ter respondido, quando lhe perguntaram por que não os tinha impedido, que «não estava autorizado a entrar» no Quartel-General do Kopassus!). Ao mesmo tempo, o cauteloso Wiranto sentiu-se incapaz de agir contra os poderosos grupos do Kopassus em Timor-Leste, que controlavam o território e a política timorense da Indonésia, pelo menos desde 1995.

A repulsa popular contra a ditadura de Suharto não deixou ao seu fraco sucessor outra alternativa senão aceitar a liberdade de imprensa, pela primeira vez na Indonésia desde o fim dos anos 50. O resultado foi uma torrente de relatos sobre a repressão e as atrocidades militares no Aceh, no Irian e em Timor-Leste, entre outros. A imagem do Exército, em particular, ficou arrasada, ao ponto do general Wiranto ser forçado a tomar uma iniciativa sem precedentes na história moderna da Indonésia: pediu publicamente desculpas ao povo do Aceh pelo comportamento atroz dos militares. Também era um

sinal dos novos tempos o facto do ministro da Informação de Habibie, general Yunus Yosfiah, famoso por ter executado Nicolau Lobato, não só ter rapidamente desmantelado os mecanismos legais de controlo dos meios de comunicação de massa, como ter mudado de nome para escapar ao seu passado timorense.

Em Timor-Leste, a queda de Suharto foi recebida com júbilo. No novo clima de abertura da presidência de Habibie, os estudantes multiplicaram os seminários e as manifestações. As acções hostis contra os comerciantes indonésios imigrados, em maioria vindos das Celebes, que já tinham começado em 1996, aumentaram significativamente, incluindo a intimidação, violência física e incêndio das lojas, das bancadas nos mercados e outras propriedades. Em Setembro e Outubro, dezenas de milhares de imigrantes indonésios fizeram as malas e saíram da colónia. Outros colonos não timorenses e funcionários públicos passaram a estar sob uma intensa pressão para «voltarem para casa», acentuada pelas incertezas do período posterior à deposição de Suharto.

Entretanto, os recursos militares estavam a ser postos à prova e o moral do Exército decaía com a emergência da resistência violenta no Aceh, o crescente militantismo nacionalista no Irian, e a torrente incessante de má publicidade na imprensa nacional. Publicamente, os chefes militares declararam estar a evacuar um número substancial de tropas de Timor-Leste, mas à medida que a situação no território se deteriorava, do ponto de vista de Jacarta, outras forças tomavam o seu lugar, sem alarde. Ainda mais importante, no Outono de 1998, homens do Kopassus que controlavam Timor-Leste, juntamente com os altos funcionários timorenses colaboracionistas, começaram a expandir a organização das chamadas milícias pró-indonésias.

Em princípios de Janeiro de 1999, a Austrália, o único Estado relevante que reconheceria a legalidade da anexação indonésia de Timor-Leste, anunciou a revogação dessa decisão. O tempo estava a esgotar-se, e parece que essa constatação levou o Presidente Habibie a fazer, no fim do mês, o histórico anúncio de que os timorenses orientais poderiam escolher numa consulta sobre se queriam ficar na Indonésia ou tornar-se independentes. Na mesma altura, o estatuto e o tratamento de Xanana Gusmão deixou de ser o de «criminoso condenado» e passou a ser o de «parceiro negocial», segundo um padrão bem conhecido nos processos de descolonização no Terceiro Mundo.

O anúncio de Habibie, e mais ainda a escolha do momento, apanhou desprevenidos os militares indonésios. Não havia maneira de o inverter sem um golpe de Estado para depor o presidente, mas as circunstâncias impediam essa possibilidade. Seria um acto intolerável para a opinião pública indonésia e para as instituições financeiras internacionais, cuja assistência era essencial para superar a crise económica. Por outro lado, demasiados oficiais ao mais alto nível tinham feito as suas carreiras em Timor-Leste e demasiados soldados indonésios tinham morrido no território para que o exército pudesse aceitar a perda da colónia. Dias depois do anúncio de Habibie, o general Zacky Anwar – antigo chefe da bia, com uma longa folha de serviços nas operações secretas contra a resistência timorense, que declarara em público jamais aceitar a independência de Timor-Leste – chegou discretamente a Díli para planear e organizar as contramedidas. Tinha ocorrido a um certo número de oficiais de alta patente que o anúncio de Habibie podia ter um lado positivo. Se fosse possível garantir uma vitória «pró-Indonésia» na consulta, as Nações Unidas e todas as principais potências teriam de reconhecer, definitivamente, a integração legal de Timor-Leste na Indonésia, que o regime de Suharto não conseguira impor durante todo o período a partir de 1975. Existiam precedentes: nos

anos 60, as Nações Unidas tinham aceite a integração do Irian Ocidental na Indonésia, na sequência de um voto afirmativo dos dirigentes locais, que tinham sido aterrorizados ou subornados pelos serviços secretos das Operações Especiais do general Ali Murtopo.

Desse modo, sob a direcção de Zacky Anwar, as milícias timorenses expandiram-se, obtiveram mais armas e mais dinheiro. Mais importante, foram autorizadas a cometer atrocidades. O objectivo era criar um clima de terror de modo a conseguir uma maioria pró-indonésia na consulta. Paralelamente, tentariam provocar uma resposta armada da resistência, que poderia ser apresentada como uma «guerra civil» iminente, a menos que a consulta fosse cancelada. Nos seis meses seguintes, as milícias, dirigidas, detrás da cena, pelos militares e pelos polícias indonésios, lançaram uma campanha sistemática de intimidação. Os militares indonésios sabiam bem que a demografia política contemporânea de Timor-Leste significava que as áreas urbanas eram cruciais para o seu sucesso, e aí concentraram as milícias. Numa fase final, o poder das milícias foi reforçado com elementos vindos de fora. Cientes de que seria difícil apresentar na televisão nacional e internacional javanese, com cabelos lisos, como apoiantes locais no meio de uma população com cabelos frisados, os militares importaram delinquentes profissionais (com cabelos frisados) do Irian Ocidental, bem como de Timor Ocidental.

Mas a energia e determinação no terreno não foram inteiramente acompanhadas pelas chefias militares em Jacarta. Dois meses antes do referendun organizado pelas Nações Unidas ter lugar, uma fuga tornou conhecido um relatório do Ministério da Defesa, onde se declarava ser praticamente certa a derrota no referendun e se recomendava a preparação imediata de uma evacuação ordeira do pessoal civil e militar indonésios, a seguir ao referendun. Por outro lado, um grupo substancial de «optimistas» da linha dura continuava convencido de que podia obter 60 por cento de votos favoráveis à integração; e que mesmo uma divisão pela metade dos votos jogaria a favor do statu quo. Por outras palavras, 50 por cento dos votos não seriam suficientes para as Nações Unidas imporem o caminho para a independência.

Entretanto, a resistência timorense fizera os seus próprios cálculos. Os dirigentes estavam confiantes de que a grande maioria da população do território se queria libertar da opressão e da exploração indonésia. Tudo dependia da garantia de que essa vontade pudesse ser largamente expressa no dia do referendun. A única maneira de obter essa garantia era convencer os militares indonésios – sobretudo os que estavam em Timor-Leste – de que a campanha de intimidação tinha conseguido os seus fins. Nesse sentido, os dirigentes da resistência deram instruções para que as intimidações fossem passivamente aceites, por mais sérias que fossem as provocações.

Nessa conjuntura, caiu do céu uma oportunidade, providenciada pelas primeiras eleições gerais livres na Indonésia desde 1955, que tiveram lugar em 6 de Junho. Nada enganaria melhor os militares indonésios do que uma larga participação timorense, uma vez que todos os partidos políticos nacionais que disputavam a eleição eram, ou pelo menos declaravam ser, a favor da continuidade de Timor-Leste na Indonésia. Um boicote dessas eleições seria um aviso perigoso a Zacky Anwar e aos seus associados. Os timorenses deviam agir como se fossem participantes voluntários nas eleições gerais indonésias. Na ocasião, os eleitores timorenses fizeram o que tinham de fazer. A participação foi elevada e 84 por cento dos votos distribuíram-se entre os dois partidos mais votados nas eleições nacionais. O Golkar, a máquina eleitoral de Suharto e de Habibie, à qual estava ligada a elite colaboracionista timorense, ganhou 49 por cento dos votos, uma percentagem mais

elevada do que em qualquer outra província indonésia, excepto nas Celebes centrais e do sul, onde Habibie tinha a sua base de apoio principal. O Partido Nacionalista de Megawati Sukarnoputri ficou em segundo lugar, com quase 35 por cento dos votos. Essa votação também teve um efeito tranquilizante, pois Megawati rejeitara, repetidamente, a ideia da independência de Timor-Leste, e contava com o general Theo Syafei entre os seus principais conselheiros.

Há boas razões para pensar que foi o sucesso aparente de 6 de Junho que convenceu os militares indonésios a autorizar a realização, sem violência, do referendun de 30 de Agosto. Porém, nessa data, os timorenses orientais mostraram os seus verdadeiros sentimentos, apresentando-se em massa nas mesas de voto e garantindo uma enorme maioria a favor da independência. Por fim, o tempo tinha-se passado completamente para o lado de Timor-Leste.

Os oficiais locais do Kopassus depressa perceberam que tinham sido enganados pela resistência e puseram fim ao jogo. Todos sabem com que desespero, raiva e malícia reagiram à humilhação da derrota. Os principais colaboradores, dirigidos pelo governador Abílio Soares, fugiram de imediato para as suas casas luxuosas em Jacarta e Bali, deixando a administração civil em ruínas. Tudo o que os indonésios deixaram foram as milícias enraivecidas, com quem tinham velhas ligações políticas e pessoais.

O desastre também revelou o grau de perturbação interna entre os próprios militares. Quando o Secretário da Defesa norte-americano avisou o general Wiranto de que se não pusesse cobro à destruição de vidas e bens em Timor-Leste seria enviada uma força das Nações Unidas para tomar conta da situação, tudo o que o Chefe de Estado-Maior conseguiu responder foi pedir quarenta e oito horas para, nas suas palavras, «negociar» com os seus subordinados. Mesmo nesse intervalo, não foi capaz de exercer a sua autoridade formal e parar as destruições.

Depois de quase um quarto de século de colonização, Timor-Leste, à custa de um preço colossal em sofrimento humano, venceu o seu gigantesco opressor.